



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

URGENTE

Representação n.º 11/2017 – CF

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e de fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar n.º 1/1994 – LOTCDF; e do artigo 99, inciso I, da Resolução n.º 38/1990 – RITCDF, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO

Como é sabido, a regulamentação da situação do pagamento de precatórios, tem passado por várias alterações, como por exemplo por meio da EC 62/09 (art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT) e pelo Decreto local nº 31.398/10.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Segundo a regra constitucional, enquanto não editada lei complementar de que trata o §15¹ do art. 100 da CF, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em mora na quitação de precatórios vencidos, deverão fazer o pagamento de acordo com as normas estabelecidas no art. 97 que, em resumo, determina o depósito mensal em conta especial, criada para esse fim, de 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre a Receita Corrente Líquida - RCL.

A disciplina legal utilizada nos autos do **Processo nº 28872/16-e** como fundamento para examinar os repasses de recursos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal está em consonância com o regime especial de pagamento de precatórios, na forma do inciso I do § 1º e do § 2º do art. 97 do ADCT, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

Assim, **até dezembro de 2016**, prevaleceu a opção do Distrito Federal pelo pagamento dos precatórios na forma do inciso I do § 1º e do § 2º do art. 97 do ADCT, conforme dispõe o Decreto nº 31.398/2010.

De fato, o Regime acabou sendo estendido por 5 (cinco) exercícios financeiros, a contar de primeiro de janeiro de 2016, portanto **até o final de 2020**, consoante Acórdão do STF que modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade proferida nas ADI nºs 4357 e 4425, nos termos² do art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Há que se anotar a respeito da Lei Complementar distrital nº 666/02, que regulamentou a matéria no âmbito local, antes da instituição do regime especial ora vigente. Por meio da Decisão nº 3.672/141³ (Processo nº 23397/13), a Corte dispensou a verificação do cumprimento da referida lei complementar durante a vigência do regime especial de pagamento de precatórios instituído pela EC nº 62/09.

Em levantamento aos repasses realizados pelo GDF⁴ para esses fins (Informação nº 33/16 – NAGF, e-DOC 6B57D120-e, **Processo nº 28872/16-e**, o Corpo Técnico demonstrou que, até setembro de 2016, houve “...*diferença de cerca de R\$ 71,6 milhões, a menor, entre o valor devido (R\$ 210,8 milhões) e o depositado (R\$ 139,2 milhões) no período em análise. Além disso, as informações da tabela denotam que houve atraso no*

¹ § 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

² Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

³ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – tendo em vista o que constou da Decisão n.º 1.962/13, dispensar a verificação de cumprimento da LC distrital n.º 666/02, mormente seu art. 3º, enquanto vigente o regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do ADCT; [...]”.

⁴ O Governo do Distrito Federal deve depositar em conta especial, no último dia útil de cada mês, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

repassse dos recursos em todos os meses, sendo que restavam ainda pendentes os depósitos dos valores relativos aos meses de julho, agosto e setembro, quando do levantamento realizado com dados até 30.09.16”.

R\$ 1.000,00

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EC Nº 62/2009 - EXERCÍCIO 2016 (ATÉ 30/09/2016)							
(REPASSE DE RECURSOS PELA SEF/DF AO TJDF PARA PAGT* DE PRECATÓRIOS)							
RCL ACUMULADA		DEPÓSITO DEVIDO (B)*	DEPÓSITO REALIZADO				DIFERENÇA (C) - (B)
MÊS	VALOR (A)		VALOR (C)	ORDEN BANCÁRIA	DATA	MÊS REFERÊNCIA	
nov/15	18.287.805	-	-	-	-	-	0
dez/15	18.461.481	-	-	-	-	-	0
jan/16	18.450.111	22.880	22.880	2016OB08817	17.02.2016	jan	0
fev/16	18.555.233	23.077	23.077	2016OB12449	23.03.2016	fev	0
mar/16	18.733.552	23.063	23.063	2016OB18186; 2016OB18187	28.04.2016	mar	0
abr/16	18.891.181	23.194	23.194	2016OB22168; 2016OB22169	17.05.2016	abr	0
mai/16	18.980.159	23.417	23.417	2016OB28894; 2016OB28895	24.06.2016	mai	0
				2016OB29004; 2016OB32199;	27.06.16; 13.07.16;	jun	
jun/16	19.045.418	23.614	23.614	2016OB41193; 2016OB41194	31.08.16		0
jul/16	19.252.641	23.725	-	-	-	-	-23.725
ago/16	19.381.862	23.807	-	-	-	-	-23.807
set/16	19.585.360	24.066	-	-	-	-	-24.066
TOTAL DO PERÍODO		210.822	139.224				-71.598

Fonte: Siggio.

*Depósito mensal de 1/12 (um doze avos) do correspondente a 1,5% da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês corrente, nos termos do art. 97 do ADCT, § 1º, inciso I, c/c § 2º, inciso I, alínea "a", e do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 31.398/10.

Notas:

1. RCL - Receita Corrente Líquida
2. SEF/DF - Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
3. TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Quanto aos atrasos, foram emitidos alertas pela Corte (Decisões TCDF nºs 6.061/15 e 2.588/16). O CT lembrou sobre a possibilidade de aplicação de sanções previstas no § 10⁵ do art. 97 do ADCT, e entendeu pertinente novo alerta.

⁵ § 10. No caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º deste artigo:

I - haverá o sequestro de quantia nas contas de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ordem do Presidente do Tribunal referido no § 4º, até o limite do valor não liberado;

II - constituir-se-á, alternativamente, por ordem do Presidente do Tribunal requerido, em favor dos credores de precatórios, contra Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, direito líquido e certo, autoaplicável e independentemente de regulamentação, à compensação automática com débitos líquidos lançados por esta contra aqueles, e, havendo saldo em favor do credor, o valor terá automaticamente poder liberatório do pagamento de tributos de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, até onde se compensarem;

III - o chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

IV - enquanto perdurar a omissão, a entidade devedora:

a) não poderá contrair empréstimo externo ou interno;

b) ficará impedida de receber transferências voluntárias;

V - a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, e os depositará nas contas especiais referidas no § 1º, devendo sua utilização obedecer ao que prescreve o § 5º, ambos deste artigo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

A respeito das Requisições de Pequeno Valor – RPV (§ 3º do art. 100 da Constituição Federal), que não se enquadram no regime especial discutido antes, o Corpo Técnico demonstrou que são realizadas de acordo com as regras do Convênio nº 02/2012⁶ (e-DOC: 1F766A44 – Processo nº 33871/15), mantido com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, tendo sido registrado diferença acumulada positiva no período de R\$13.000,00 milhões:

R\$ 1.000,00

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONVÊNIO Nº 02/2012 - JAN-SET/2016 (REPASSE DE RECURSOS PELA SEF/DF AO TJDF PARA PAGAMENTO DE RPVs)					
MÊS	VALORES				
	REPASSE DEVIDO (A)	REPASSADO (B)	REFERÊNCIA	DIFERENÇA (B) - (A)	DIFERENÇA ACUMULADA
Jan.	1.000	-	-	-1.000	-1.000
Fev.	1.000	-	-	-1.000	-2.000
Mar.	1.000	17.000	jan., fev., mar.	16.000	14.000
Abr.	1.000	0	-	-1.000	13.000
Mai.	1.000	2.000	abr., mai.	1.000	14.000
Jun.	1.000	0	-	-1.000	13.000
Jul.	1.000	2.000	jun., jul.	1.000	14.000
Ago.	1.000	1.000	ago.	0	14.000
Set	1.000	0	-	-1.000	13.000
TOTAL	9.000	22.000		13.000	13.000

Fonte: Siggo.

Notas:

1. SEF/DF - Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
2. TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
3. RPV - Requisição de Pequeno Valor

Para as instituições da administração indireta, registrou-se:

R\$ 1.000,00

REPASSE DE RECURSOS PELA ADM. INDIRETA DO DF AO JUDICIÁRIO PARA PAGAMENTO DE RPVs DE JAN. ATÉ SET./2016	
ENTIDADE	VALOR
Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU	0,5
Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	0,4
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS	1,3
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS	100,0
Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF	200,0
Instituto de Previdência dos Servidores do DF - IPREV/DF	28,5
TOTAL	330,7

Fonte: Siggo.

Nota:

1. RPV - Requisição de Pequeno Valor

⁶ O GDF deve repassar mensalmente, por intermédio da SEF/DF, também no último dia útil de cada mês, a quantia mínima de R\$ 1,0 milhão/mês.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Por fim, cabe colacionar a informação veiculada pela Instrução, a respeito da Lei distrital nº 5.564/15 e do Decreto local nº 36.699/15, editados com base na Lei Complementar federal nº 151/15, que tratam da possibilidade do GDF utilizar-se dos “recursos dos depósitos judiciais e administrativos em dinheiro referentes a processos tributários ou não tributários, nos quais o Distrito Federal seja parte, para quitação de precatórios devidos pela Administração”, *verbis*:

“15. O repasse de recursos de depósitos judiciais e administrativos, sejam eles tributários ou não tributários, deve ser realizado por instituição financeira oficial à Conta Única do Tesouro distrital, no montante de 70% (setenta por cento) do valor atualizado dos depósitos referentes aos respectivos processos judiciais e administrativos. Levantamentos junto ao Siggo indicaram que houve ingresso de R\$ 40,2 milhões de depósitos judiciais nos cofres do Distrito Federal no período em exame, que foram destinados ao pagamento de precatórios alimentares, conforme dispõe a Lei Complementar nº 151/15, art. 7º, §1º, bem como a Lei distrital nº 5.564/15, art. 8º, I, c/c o Decreto distrital nº 36.699/15, art. 4º, I. Portanto, a Administração pública passou a contar com relevante fonte de recursos para quitação de precatórios, liberando as outras fontes de recursos para aplicação em outras prioridades.”

Diante disso, foi proposto novo alerta ao GDF a respeito dos atrasos no repasses de recursos para pagamento de precatórios judiciais do DF, tendo sido o relatório acatado pela Corte, excerto de interesse, *verbis*:

DECISÃO Nº 5901/2016

[...]

II – alertar o Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal, bem como as Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal quanto à constatação de que continuam os atrasos nos repasses mensais dos recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais do Distrito Federal durante o exercício de 2016, em contrariedade às disposições do art. 97 do ADCT, c/c o Decreto local nº 31.398/2010; III – autorizar o retorno dos autos à Semag, para continuidade do acompanhamento da matéria.

Em consulta aos autos constam, como última instrução, os recibos das notificações enviadas em decorrência da deliberação da Corte.

APURAÇÕES E ANÁLISE

Mantida metodologia adotada pelo CT, para fins de continuidade da análise sobre os repasses do DF ao TJDF, sob o regime especial de pagamento de precatórios instituído



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

pela EC nº 62/09, os levantamentos realizados no Siggo demonstraram que permanece a sistemática de repasses em descompasso com a regra constitucional.

Verificou-se que o último depósito registrado ocorreu em dezembro de 2016, referente aos repasses devidos nos meses de julho a novembro, na monta de R\$ 120,2 milhões. Vê-se acertado o alerta emitido pela Corte, cabendo avaliação a respeito da aplicação das sanções de estilo, previstas no § 10 do art. 97 do ADCT.

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EC Nº 62/2009 (segundo semestre de 2016 até 16/03/2017)
REPASSE DE RECURSOS DA SEF/DF AO TJDF P/ PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

R\$ 1.000,00

RCL Acumulada		Depósito	Depósito realizado	Ordem	Data	Mês de referência	Diferença (C) - (B)
Mês	Valor (A)	Devido (B) ¹	Valor (C)	Bancária			
jul/16	19.252.641	23.725					-23.725
ago/16	19.381.862	23.807					-23.807
set/16	19.585.360	24.066					-24.066
out/16	19.692.229	24.227					-24.227
nov/16	19.713.515	24.482					-24.482
dez/16	19.881.230	24.615	120.259	2016OB62690; 2016OB62691; 2016OB62692; 2016OB62693; 2016OB64452; 2016OB64453; 2016OB64455;	20.12; 28.12	Jul. a Nov./16	95.644
jan/17		24.642					-24.642
fev/17		24.852					-24.852
mar/17		-	-				0
Total do período		194.416	120.259				-74.156

Fonte: Siggo; e Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO - disponível até dez/16.

1 - Depósito mensal de 1/12 (um doze avos) do correspondente a 1,5% da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês corrente, nos termos do art. 97 do ADCT, § 1º, inciso I, c/c § 2º, inciso I, alínea "a", e do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 31.398/10.

SEF/DF: Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal.

TJDF: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Para as Requisições de Pequeno Valor – RPV (§ 3º do art. 100 da Constituição Federal), a tabela a seguir mostra que os repasses seguem as regras do Convênio nº 02/2012 (e-DOC: 1F766A44 – Processo nº 33871/15), mantido com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, com saldo positivo de R\$ 2,0 milhões em 15.03.17.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONVÊNIO Nº 02/2012 Set/16 a 15/Mar/17
(REPASSE DE RECURSOS PELA SEF/DF AO TJDF PARA PAGAMENTO DE RPVs)

Mês	Repasse devido	Repassado	Referência	Diferença	Diferença acumulada
set/16	1.000.000			-1.000.000	-1.000.000
out/16	1.000.000	2.000.000	Set. e Out.	1.000.000	0
nov/16	1.000.000			-1.000.000	-1.000.000
dez/16	1.000.000	1.000.000	Nov.	0	-1.000.000
jan/17	1.000.000			-1.000.000	-2.000.000
fev/17	1.000.000	6.000.000	Dez/16; Jan. a Maio/17	5.000.000	3.000.000
mar/17	1.000.000			-1.000.000	2.000.000
Total	7.000.000	9.000.000		2.000.000	2.000.000

Fonte: Siggo.

SEF/DF: Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal.

TJDF: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

RPV: Requisição de Pequeno Valor

REPASSE DE RECURSOS PELA ADM. INDIRETA DO DF AO TJDF PARA PAGAMENTO DE RPVS
Outubro a Dezembro 2016; e Jan. a 16 de Março de 2017

	R\$ 1.000,00		
ENTIDADE	2016	2017	TOTAL
Serviço de Limpesa Urbana do Distrito Federal - SLU	0	17	17
Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	0	12	12
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS	6	0	6
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS	0	0	0
Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRN/DF	250	0	250
Instituto de Previdência dos Servidores do DF - IPREV/DF	0	0	0
TOTAL	2.272	2.045	4.317

1 - Depósito mensal de 1/12 (um doze avos) do correspondente a 1,5% da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês corrente, nos termos do art. 97 do ADCT, § 1º, inciso I, c/c § 2º, inciso I, alínea "a", e do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 31.398/10.

SEF/DF: Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal.

TJDF: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Por último, o demonstrativo acima traz o volume de repasses da Administração Indireta do DF ao TJDF, relativo a Requisições de Pequeno Valor – RPV, no período de outubro a dezembro de 2016, e de janeiro a 16 de março de 2017, **ainda à luz da legislação vigente à época.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

**NOVO REFERENCIAL LEGAL: EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94/16
(15.12.16)⁷**

Em 08.06.2016, o Senado Federal submeteu à Câmara dos Deputados (Ofício nº 724 (SF)), a Proposta de Emenda à Constituição nº 159, de 2015 (PEC nº 74, de 2015, no Senado), que altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Aprovada em regime especial de votação pela Câmara, nos dois turnos de votação, em 30.11.16, a PEC 233/16 (número naquela casa legislativa), foi publicada em 16.12.16:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o art.100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100.

.....

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

.....

§ 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

§ 18. Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

⁷ Concomitantemente, tramitava na Câmara a PEC 74/15, de conteúdo similar. Visu-se aprovada a Redação Final (substitutivo), assinada pelo Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP), na Sessão Deliberativa Extraordinária de 15.12.16, e remetida ao Senado Federal por meio do Of. nº 707/2015/PS-GSE em 16.12.2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

I - na União, as parcelas entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

III - na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 19. Caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em período de 12 (doze) meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada, excetuada dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 101 a 105:

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, depositando, mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração desse, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, à média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

§ 1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios, ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, sejam parte;

II - até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, excetuados os destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia, mediante instituição de fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais, destinando-se:

a) no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal;

b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) a seus Municípios;

III - contratação de empréstimo, excetuado dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse empréstimo a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal."

"Art. 102. Enquanto vigor o regime especial previsto nesta Emenda Constitucional, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos que, nos termos do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do respectivo Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos, perante Juízes Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado."

"Art. 103. Enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estiverem efetuando o pagamento da parcela mensal devida como previsto no caput do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nem eles, nem as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos."

"Art. 104. Se os recursos referidos no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o pagamento de precatórios não forem tempestivamente liberados, no todo ou em parte:

I - o Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente;

II - o chefe do Poder Executivo do ente federado inadimplente responderá, na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

III - a União reterá os recursos referentes aos repasses ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios e os depositará na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto;

IV - os Estados reterão os repasses previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e os depositarão na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Parágrafo único. Enquanto perdurar a omissão, o ente federado não poderá contrair empréstimo externo ou interno, exceto para os fins previstos no § 2º do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ficará impedido de receber transferências voluntárias."

"Art. 105. Enquanto vigor o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

Parágrafo único. Não se aplica às compensações referidas no caput deste artigo qualquer tipo de vinculação, como as transferências a outros entes e as destinadas à educação, à saúde e a outras finalidades."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 15 de dezembro de 2016.

A EC nº 94/16 ajusta as regras à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

De início, o regime especial inclui as peças com deficiência entre as exceções à ordem cronológica de apresentação de precatórios os débitos de natureza alimentícia.

A preferência antes atinente a créditos alimentício cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave e, agora, estendida às pessoas com deficiência, está limitada a pagamentos no montante até três vezes o valor da Requisição de Pequeno Valor - RPV, admitido o fracionamento, sendo que o valor remanescente deve ser pago na ordem de apresentação dos precatórios.

O comando constitucional inserido pela EC nº 94/16, § 17 do art. 100, determina que todas as esferas de governo afirmam, mensalmente, em base anual, quanto das suas respectivas receitas correntes líquidas é comprometido com o pagamento de precatórios.

Ao definir (§ 18 suso) "Receita Corrente Líquida- RCL" para esses fins, a emenda constitucional cita expressamente, além das receitas previstas na definição de RCL dada pela LRF, inciso IV⁸ do art. 2 da LC nº 101/2000, os royalties e as compensações pela exploração de recursos naturais, receitas previstas no § 1º do art. 20 da Constituição Federal:

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de

⁸ LRF:

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; (destaquei)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Contudo, por serem receitas patrimoniais, esses recursos compõem o conceito de RCL previsto na LRF e no § 18 do art. 100.

Quanto às deduções no cálculo da RCL, em específico aquelas previstas no inciso I do § 18, inserido no art. 100 pela EC nº 64/16, o conceito utilizado é **mais amplo** do que aquele estabelecido na LRF, que exclui do cômputo da RCL as contribuições dos empregadores e empregados sobre a folha de pagamento (letra “a” do inciso I e o inciso II do art. 195 da CF⁹), assim como as contribuições para o PIS e PASEP (art. 239 da CF). De sorte que, no âmbito da União e, para fins de apuração do comprometimento da RCL com precatórios, a base restou **expandida** em relação ao conceito da LRF.

Note-se também que, para fins da apuração em tela, compõem a RCL do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para o custeio de despesas de pessoal (no caso distrital as receitas do Fundo Constitucional do DF utilizadas para pagamento de despesas de pessoal), diferentemente do conceito de RCL da LRF, que as exclui expressamente¹⁰ do cálculo. Observe o mesmo efeito de **ampliação da base** de cálculo do comprometimento da RCL com o pagamento de precatórios, no caso distrital, por exemplo.

Em resumo, os novos comandos constitucionais implicam na necessidade de apuração mensal, com base anual, do montante de precatórios e o comprometimento da RCL (§ 17), à luz da definição contida no § 18, mais ampla do que o conceito dado pela LRF. Decorrente disso, e considerando o princípio da transparência, não há outra interpretação, a não ser a de que deverá o DF publicar o resultado da apuração, restando ao TCDF a análise e acompanhamento em autos instaurados para esses fins.

Outra inovação foi a autorização para contratação de operação de crédito (§ 19), isenta dos limites de endividamento autorizados pelo Senado Federal (incisos VI e VII do

⁹ Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998):

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998):

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

[...]

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

¹⁰ LRF, art. 2º:

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

art. 52 da Constituição Federal) ou de “*quaisquer outros limites de endividamento previstos*”, inclusive aqueles previstos na LRF, “*não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal*”, o que permite a vinculação da receita auferida na operação de crédito, por pressuposto, ao pagamento de precatórios.

Anote-se que pode ser financiado apenas o excedente do montante de precatórios e RPVs, apurado em período de 12 (doze) meses, quando este superar a média do comprometimento percentual da RCL dos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores.

Por fim, em relação ao art. 100 da CF, o § 20 incluído pela EC 94/16 estabelece a possibilidade de parcelar precatórios de grande valor (superior a 15% do montante de precatórios apresentado).

Nesse caso, determina o pagamento de 15% do valor do precatório até o final do exercício seguinte, dividindo o restante em, no máximo, 60 (sessenta) parcelas iguais e subsequentes, acrescidas de juros e correção monetária.

Ou, ainda, mediante acordos diretos perante Juízes Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado sobre o qual não penda recurso de defesa judicial e, observada a regulamentação do ente federado.

Já no regime especial de pagamentos de precatórios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, resta mantida a regra de depósitos mensais em conta específica administrada pelo Tribunal de Justiça local, de 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida (apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento), em percentual suficiente para a quitação dos débitos de precatórios vencidos e não pagos em 25.03.15 e os vincendos até 31.12.2020 que vierem a ser apresentados.

O valor dos depósitos é variável, mas, não poderá ser, em cada exercício, inferior à média do comprometimento percentual da RCL no período de 2012-2014.

O conceito de receita corrente líquida é o mesmo discutido antes, mais amplo do que aquele estabelecido pela LRF.

A nova regra (art. 102) estabelece que 50%, no mínimo, dos recursos destinados a precatórios em mora serão para pagamento de dívidas na ordem cronológica de apresentação de precatórios, respeitadas as exceções já comentadas.

Durante o regime especial de pagamento, os recursos remanescentes (50%), por opção dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, mediante ato do Poder Executivo, e observada a ordem de preferência dos credores, poderão ser utilizados para negociações e acordos com os credores, na forma já apresentada.

Cabe destacar que a EC nº 94/16 permite a utilização para pagamento de precatório de até 75% dos depósitos judiciais e administrativos, referentes a matéria tributária ou não, em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município sejam parte, incluindo suas autarquias, fundações e empresas públicas dependentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Para os mesmos fins, do montante de depósitos judiciais relativos a causas entre particulares, poderão ser destinados 20% a pagamento de precatório, exceto se de natureza alimentícia. O uso desses recursos se dará mediante a criação de um fundo garantidor, composto pelos outros 80% dos depósitos. Em relação ao DF, por peculiar, lhe serão destinados 100% desses recursos e, no caso dos Estados e Municípios serão divididos (50% ao Estado e 50% aos Municípios).

Considerada inconstitucional pelo STF, a compensação¹¹ entre créditos de precatórios e débitos, do mesmo titular, para com a Fazenda Pública devedora reaparece sob outra forma.

A EC nº 94/16 contornou a questão permitindo ao credor do precatório decidir se deseja ou não compensar o valor a receber com dívidas inscritas em dívida ativa até 25.03.2015 (art. 105 do ADCT).

Os valores compensados compõem as receitas do ente público, **não vinculada, a qualquer título**, tais como transferências a outros entes federados e para despesas com educação, saúde e outras finalidades, configurando-se em mais uma desvinculação de receitas a exemplo da EC nº 93¹², de 08.09.2016.

Por último, a EC nº 94/16 fixa sanções de estilo para o caso de não haver liberação tempestiva dos recursos a que se refere o regime especial (art. 101 da ADCT).

Entre elas cita-se o sequestro de valor não liberado, **sequestro que só pode ocorrer no caso da não liberação tempestiva dos recursos** (art. 103); a responsabilização fiscal e a improbidade administrativa do chefe do Poder Executivo inadimplente; a retenção de recursos pela União (FPE e FPM), devendo a União (e os Estados na sua esfera) efetuar o depósito dos recursos na conta específica do Tribunal de Justiça local, tendo tratamento similar os Municípios inadimplentes; e a proibição de contratação de empréstimos externo ou interno, **exceto para o pagamento de precatórios** (§ 2º do art. 101 da ADCT).

¹¹ EC nº 62/2009:

§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, **deles deverá ser abatido, a título de compensação**, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de **perda do direito de abatimento**, informação **sobre os débitos que preenchem as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos**. (destaquei)

¹² Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

CONCLUSÕES

Inicialmente, a análise levada a efeito pelo Controle Externo nos autos nº **28872/16-e** demonstrou irregularidade nos repasses de recursos realizados pelo Governo do Distrito Federal para pagamento de precatórios judiciais e Requisições de Pequeno Valor – RPV, restando diferença a menor (R\$ 71,6 milhões) entre o valor devido (210,8 milhões) e o depositado (R\$ 139,2 milhões) pelo GDF.

Conforme levantamento realizado em 30.09.16, verificou-se, ainda, atraso no repasse dos recursos em todos os meses, restando pendentes os depósitos relativos aos meses de julho a setembro de 2016.

Diante do descumprimento das regras legais de depósitos pelo GDF, a Corte de Contas determinou emissão de alerta ao Poder Executivo e retorno dos autos à Semag para que continue acompanhando a matéria.

Para fins de comparação, manteve-se a mesma metodologia e novos levantamentos realizados demonstraram que permanecem as irregularidades nos depósitos, diferença a menor entre os depósitos e o valor devido (R\$ 74,1 milhões), até fevereiro de 2017.

Ao final de 2016 foi publicada a EC nº 96, de 15.12.16, que dispõe sobre o pagamento de precatórios e RPVs, e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, impondo novo regramento à matéria.

Em resumo, a EC nº 94/16 ajusta as regras à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Incluiu as pessoas com deficiência entre as exceções à ordem cronológica de apresentação de precatórios os débitos de natureza alimentícia, no âmbito do regime especial.

Determinou a todas as esferas de governo a aferição mensal, com base anual, do comprometimento das receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios.

Fixou a “Receita Corrente Líquida – RCL”, para fins da apuração determinada, em conceito mais amplo do que aquele definido na LC nº 101/00 - LRF, retirando as deduções estabelecidas nesta lei.

Com isso, há impactos no caso distrital, que passa a ter considerada na RCL, a parcela do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF utilizada para o pagamento de despesa com pessoal, deduzida no conceito da LRF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Em síntese, os novos comandos constitucionais implicam na necessidade de apuração mensal, com base anual, do montante de precatórios e o comprometimento da RCL (§ 17), à luz da definição contida no § 18, mais ampla do que o conceito dado pela LRF.

Decorrente disso e, considerando o princípio da transparência, deverá o DF publicar o resultado da apuração que, via de consequência, será objeto de avaliação pelo TCDF em autos instaurados para esses fins, a exemplo do processo em referência.

Além da regra dos depósitos mensais já praticada (de 1/12 – um doze avos – do valor calculado percentualmente sobre as receitas correntes líquidas - 1,5% da RCL¹³, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento), há que se verificar, ainda, em cada exercício, se o valor depositado supera a média do comprometimento percentual da RCL no período de 2012 a 2014, caso não, será necessário depósito complementar.

Outro ponto relevante é que, na verificação feita em autos inaugurados para esses fins (verificação da regularidade nos depósitos do GDF junto ao TJDF para pagamento de precatórios), deve passar a figurar análise e verificação das operações de créditos (bem como a destinação dos recursos obtidos), contraídas sob o argumento de pagamento de precatórios e RPVs.

Então, caso se verifique montante elevado de precatórios e RPVs apresentados em período de 12 (doze) meses, ou diante de queda na Receita Corrente Líquida-RCL, ou ambos, que levem a comprometimento da RCL superior à média dos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, o **excedente apurado** pode ser objeto de financiamento, sendo necessária a verificação de todas as condicionantes e a destinação dos recursos.

Cabe registrar que tais empréstimos (§ 19) estão isentos dos limites de endividamento autorizados pelo Senado Federal (incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal), do limite de endividamento previsto na LRF, podendo, ainda, a receita auferida vir a ser vinculada¹⁴, por razoável, ao pagamento de precatórios.

Da mesma forma, parece relevante destacar no acompanhamento feito pelo Tribunal, o uso ou não de até 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos em depósitos judiciais e administrativos em que o Distrito Federal (incluindo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), e de até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, exceto aqueles destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia.

Não menos importante será a instituição e gestão do fundo garantidor de que trata o inciso II do § 2º do art. 101 da ADCT, que requererá a atenção da Corte de Contas.

¹³ Art. 97, § 2º, I, “a”, do ADCT e o art. 1º, § 1º, do Decreto distrital nº 31.398/2010.

¹⁴ Nesse caso, a receita não é alcançada pela vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA

Nesse sentido, o MPC/DF representa à Corte, em face dos efeitos da edição da EC nº 94/16 e dos impactos do dispositivo constitucional em âmbito local, com o intuito de contribuir com o processo de verificação dos atos sujeitos à apreciação de regularidade por parte da Corte de Contas, consoante inciso VI do art. 1º do RI.

Por fim, em pesquisa ao sistema e-TCDF, não verificamos, até esta data, a instauração de outro processo para a verificação da regularidade nos repasses de recursos realizados pelo Governo do Distrito Federal, para pagamento de precatórios judiciais e Requisições de Pequeno Valor – RPV, relativo a período subsequente daquele em análise no processo de referência.

Brasília-DF, 22 de março de 2017.

CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora